



TRABALHADORES DAS ESCOLAS

É necessário garantir que as Escolas podem abrir em segurança no dia 18 de Maio!

O Ministério da Educação informou sobre medidas de contingência para a reabertura de 520 escolas, com alunos do 11o e 12o anos de escolaridade, no próximo dia 18 Maio!

Na reunião realizada por vídeo-conferência, ficou claro o optimismo do governo em relação a estas medidas, optimismo esse que não é partilhado pela Federação:

- Existe um plano de contingência (disponível no site da DGAE) que tem em conta todas as orientações da DGS para esta nova fase de reabertura e garantiram a sua distribuição pelas 520 escolas que vão abrir no dia 18 de Maio;
- Foram dadas orientações às escolas para redistribuição de serviços, para que as medidas de confinamento e distanciamento sejam cumpridas e salvaguardada a saúde de toda a comunidade escolar;
- Foram adquiridos de forma centralizada todos equipamentos de protecção individual (EPIs) necessários, equipamentos esses que deverão ser enviados a todas as escolas, durante esta semana.

O Incumprimento das Orientações emanadas pelo ME/DGS já se verificou!

A Federação e os seus sindicatos detectaram muitas situações de incumprimento das medidas básicas para proteger os trabalhadores não docentes e a comunidade escolar em geral, pelo que não acompanham o optimismo da tutela na fase que vai agora começar.

Alertamos para o facto dos incumprimentos se deverem, em parte, à municipalização da Escola Pública, tendo-se verificado variações de cumprimento das medidas de protecção individual de município para município, havendo mesmo escolas que, não garantindo a distribuição de EPI's, pediam aos trabalhadores para levarem máscaras, obrigando os trabalhadores a suportar o seu custo.

É necessário assegurar o número de trabalhadores efetivamente necessário!

A insuficiência crónica de trabalhadores não docentes, nomeadamente de assistentes operacionais, a quem cabe o acompanhamento e vigilância dos alunos fora da sala de aula e a higienização das escolas, é hoje mais que evidente!

Mesmo sendo certo que a população escolar que vai ser menor que o habitual, não podemos de deixar de ter em conta que aquelas funções vão ser mais exigentes e que existem muitos trabalhadores com factores de risco, nomeadamente doenças crónicas, que necessitam de especial protecção. Assim, exige-se que seja garantido o número de trabalhadores efetivamente necessário para o cumprimento de todas as normas de saúde pública, de forma a que não se ponha em risco a saúde dos trabalhadores!

Exigimos ainda que seja monitorizada em todas as escolas a implementação destas medidas e que se impeça a abertura daquelas que não estejam a cumprir as normas, independentemente do sistema de gestão por que estão abrangidas!

Considerando que a dispersão das escolas, em vários Agrupamentos, implica grandes distâncias, será necessário assegurar que a mobilidade intra-agrupamento respeita a Lei e que são garantidos os direitos à vida pessoal e familiar, não sendo praticada qualquer mobilidade caso isso constitua prejuízo sério para o trabalhador. Será ainda necessário que todos os custos decorrentes da mobilidade sejam integralmente assumidos pela escola.

Há ainda questões que continuam sem solução por falta de vontade política!

Outras matérias como a situação dos trabalhadores com vínculos precários, cujos contratos terminam no dia 31 de Agosto, continuam por resolver.

Foi afirmado pela Secretária Estado da Educação que as renovações destes contratos vão ser feitas e não vai ser despedido nenhum trabalhador.

A Federação reafirma que esta promessa já existe desde ano lectivo de 2017/18, sem que até agora tenha sido concretizada e **exigiu integração imediata destes trabalhadores sem mais delongas!**

Relativamente ao PREVPAP, a Secretária de Estado congratulou-se com o facto de a CAB-Educação nunca ter encerrado, voltando a apresentar números dos trabalhadores já integrados mas, o que é urgente é que seja feita a abertura de todos os concursos para integração dos trabalhadores não docentes das várias carreiras e categorias cujo processo já foi homologado. **Basta de apresentar os números, a Federação exige que o processo seja terminado sem excluir ninguém!**

A Federação vai continuar a manter o contacto com os delegados sindicais e restantes trabalhadores, denunciando todas as infrações que identificar e que comprometam a saúde dos trabalhadores e da restante comunidade escolar!

Continuaremos a exigir a implementação de medidas que garantam a saúde de todos e de políticas que ponham fim à precariedade, assegurando a publicação que uma nova portaria de rácios que faça justiça às necessidades de pessoal efectivas!

A luta continua! Mantém-te informado! Sindicaliza-te!

Lisboa 13/5/20 FNSTFPS



Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte

Rua Vasco de Lobeira, 47/51
4249-009 Porto

tel 225574060
fax 225507257
email geral.porto@stfpsn.pt
site www.stfpsn.pt